



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



SELEÇÃO INTERNA CHO - 2025

ST QPBM «Militar»

MATRÍCULA: «matrícula»

SALA: «SALA»

«OBM»



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



INSTRUÇÕES

1. Confira se a prova contém 80 (oitenta) questões, distribuídas conforme o quadro abaixo.

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	25
PORTUGUÊS	10
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	10
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	8
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR	7
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	7
ATUALIDADES	5

Todas as questões são de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D e E), das quais apenas 01 (uma) é correta.

2. Preencha corretamente o cartão de respostas, cobrindo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo. Utilize caneta esferográfica azul ou preta.

01 ● (B) (C) (D) (E)

Não serão admitidas rasuras no cartão de respostas. Serão anuladas as questões que apresentarem rasuras, estiverem em branco ou contiverem mais de uma marcação.

O preenchimento do cartão é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida sua substituição sob nenhuma hipótese.

3. A realização da prova dar-se-á de forma individual, não sendo permitida a utilização de nenhum material de consulta, bolsas ou papel para anotação, bem como o porte ou o uso de aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.

4. Os alimentos e as bebidas serão permitidos, desde que sejam em quantidades individuais.

5. O tempo máximo para a realização da prova será de 04 (quatro) horas ininterruptas, ao final das quais o cartão de respostas será, impreterivelmente, recolhido.

6. Iniciada a prova, o candidato somente poderá deixar o recinto depois de transcorrido o tempo mínimo de 01 (uma) hora, salvo, a qualquer tempo para fazer uso de sanitário ou na necessidade de assistência médica, desde que nas dependências do local de realização das provas, e sob acompanhamento de um fiscal de prova, durante todo o período em que estiver fora da sala, até a ela retornar. Em hipótese nenhuma será acrescido tempo para a realização da prova para o candidato que, por qualquer motivo, sair da sala durante a prova.

7. O candidato poderá levar o caderno de provas somente após decorridas 3 (três) horas do início da prova.

8. Os três últimos candidatos a concluírem as provas só poderão se ausentar da sala juntos e após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

9. Os candidatos não poderão fumar na sala ou nas dependências do local de aplicação da prova.

10. A qualquer momento os candidatos poderão ser submetidos ao uso de meios de detecção de possível fraude, a juízo da Comissão Organizadora ou do fiscal de prova, respeitados os direitos inerentes.

11. Será eliminado do processo seletivo o candidato que durante a prova escrita:

- estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou pessoas estranhas ao processo;
- emprestar ou solicitar empréstimo de material a outro candidato;
- permitir que seu telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta;
- recusar-se a entregar o cartão de respostas imediatamente ao término do tempo de realização da prova.

12. O Caderno de Provas e o respectivo Gabarito Oficial preliminar será publicado no BCG do CBMCE.

Boa prova!



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

01. Assinale a alternativa correta. Segundo o art. 1º do Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará (PMCE) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), as corporações militares estaduais são organizadas com base:

- a) na hierarquia e na disciplina.
- b) no comportamento ético.
- c) na deontologia militar.
- d) no direito orgânico.
- e) no patriotismo.

02. O militar estadual NÃO estará sujeito à Lei nº 13.407/2003 – Código Disciplinar da PMCE/CBMCE quando estiver:

- a) na reserva remunerada.
- b) agregado aguardando reserva.
- c) na condição de candidato a cargo eletivo.
- d) ocupando cargo público não militar ou eletivo.
- e) no serviço ativo.

03. De acordo com o art. 6º da Lei nº 13.407/2003 – Código Disciplinar da PMCE/CBMCE, a deontologia militar estadual é constituída por:

- a) valores e deveres éticos, traduzidos em normas de conduta para o exercício da profissão militar estadual prioritariamente em favor do bem-estar das autoridades governamentais.
- b) regras castrenses de convívio do militar com os seus pares e subordinados no exercício de funções de natureza civil.
- c) normas de respeito e de continência aos inferiores hierárquicos das forças militares coirmãs.
- d) valores e deveres éticos, traduzidos em normas de conduta para o pleno exercício da profissão militar estadual em favor do bem comum.
- e) princípios morais baseados no respeito e na honestidade, visando ao interesse privado.

04. Em relação aos deveres éticos emanados da Lei nº 13.407/2003. Analise as assertivas abaixo:

I – Atuar com decisão ao interesse público colocando-o acima dos anseios particulares é um dever militar estadual.

II – Atuar de forma disciplinar e disciplinadora, com respeito mútuo ao superior e ao subordinado, e com preocupação para com a integridade física, moral e psíquica de todos os militares do Estado, exceto dos agregados, envidando esforços para bem encaminhar a solução dos problemas surgidos é um dever militar estadual.

III – Cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade.

IV – Dentre outros deveres, o militar deve procurar para si, por meio de terceiros, cargo ou função que esteja sendo exercido por outro militar do Estado.

São INCORRETAS apenas as assertivas:

- a) I, III e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e II.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



05. É dever do militar estadual, de acordo com a Lei nº 13.407/2003:

- a) conduzir-se de modo não subserviente, mesmo ferindo os princípios de hierarquia, disciplina, respeito e decoro.
- b) utilizar-se do posto, graduação ou cargo para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros.
- c) atuar com imprudência nas ocorrências militares, se esforçando para exacerbá-las.
- d) não solicitar publicidade visando a própria promoção pessoal.
- e) observar os direitos e garantias fundamentais, agindo com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, utilizando-se de sua condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedade.

06. A disciplina se baseia no exato cumprimento dos deveres do militar estadual, observados no acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por parte de todos e de cada integrante da Corporação. Diante do exposto acima, julgue cada afirmativa a seguir como verdadeira (V) ou falsa (F). A seguir, assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos, permanentemente, pelos militares do Estado, tanto no serviço ativo, quanto na inatividade.
 - () Quando a ordem parecer obscura, o subordinado deverá cumpri-la imediatamente; podendo, na sequência, solicitar que os esclarecimentos necessários sejam oferecidos de maneira formal.
 - () A civilidade é parte integrante da educação policial militar, cabendo a superiores e subordinados atitudes de respeito e deferência mútuas, não sendo necessários o mesmo tratamento de superior para subordinados.
 - () As manifestações espontâneas de acatamento aos valores e deveres éticos.
- a) V, F, F, F.
 - b) F, F, V, V.
 - c) V, V, V, V.
 - d) F, V, V, V.
 - e) V, F, F, V.

07. Com base no Código Disciplinar – Lei nº 13.407/2003, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Disciplinar não admite a possibilidade de o superior hierárquico responder solidariamente por transgressão praticada por seu subordinado.
- b) O militar estadual é responsável pelas decisões que tomar ou pelos atos que praticar, exceto nas missões expressamente determinadas.
- c) A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina militar, constituindo, de maneira isolada, infração administrativa, civil ou penal, a depender da gravidade do fato.
- d) O militar estadual é responsável pela não observância ou falta de exatidão no cumprimento de seus deveres.
- e) O superior hierárquico responderá solidariamente, na esfera administrativa disciplinar, incorrendo nas mesmas sanções da transgressão praticada por seu subordinado quando concorrer diretamente por ação ou omissão, para o cometimento da transgressão, desde que esteja presente no local do ato.

08. Com base no Código Disciplinar – Lei nº 13.407/2003, assinale a alternativa correta.

- a) A violação da disciplina militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.
- b) Transgressão disciplinar é uma infração no código penal militar caracterizada pela violação dos deveres dos militares estaduais.
- c) Ações ou omissões não especificados no Código Disciplinar, mesmo violando os valores e deveres militares não serão consideradas transgressões disciplinares.
- d) A aplicação da sanção administrativa importa prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- e) As transgressões disciplinares somente serão classificadas como graves caso venham a ser atentatórias aos direitos humanos fundamentais.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



09. Com base na Lei nº 13.729/2006, Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, que regula a situação, direitos, prerrogativas, deveres e obrigações dos militares estaduais, analise os itens a seguir.

I – As Corporações Militares Estaduais do Ceará são vinculadas indiretamente à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

II – Os militares estaduais estão ligados operacionalmente à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

III – O Estatuto dos Militares tem como objetivo estabelecer os procedimentos para a apuração das responsabilidades dos militares estaduais.

IV – As Corporações Militares Estaduais do Ceará têm como missão fundamental em comum exercer a atividade de polícia judiciária militar estadual, relativa aos crimes militares definidos em lei, inerentes a seus integrantes.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

10. Com base na Lei nº 13.729/2006, Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os militares da reserva remunerada e os reformados estão na situação de inativos.
- b) Os militares da reserva remunerada são sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- c) Os militares reformados ainda são sujeitos à reversão ao serviço ativo.
- d) O valor dos vencimentos é igual para o militar estadual da ativa, da reserva ou reformado, de um mesmo grau hierárquico, exceto nos casos previstos em Lei.
- e) Reversão é o ato pelo qual o militar estadual agregado, ou inativado, retorna ao respectivo Quadro ou serviço ativo.

11. NÃO é requisito para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.

- a) Ser brasileiro.
- b) Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos na data de inscrição no concurso.
- c) Ter conhecimento de matérias relevantes ao desempenho do posto ou da graduação em disputa, conforme dispuser o edital do concurso.
- d) Ter concluído, até a data de ingresso de Cadete do 1º Ano e Aluno-a-Oficial, o ensino superior.
- e) Ser portador da carteira nacional de habilitação classificada, no mínimo, na categoria “B”, na data da matrícula no Curso de Formação Profissional.

12. De acordo com o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, NÃO é motivo para a vacância de cargo militar estadual:

- a) a exoneração.
- b) a demissão.
- c) a deserção.
- d) a agregação.
- e) o falecimento.

13. Marque a alternativa que corresponde a uma transgressão disciplinar classificada como grave, de acordo com o Código Disciplinar da PMCE/CBMCE.

- a) Retardar, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida.
- b) Deixar de corresponder a cumprimento de seu subordinado.
- c) Faltar com a verdade.
- d) Causar ou contribuir para a ocorrência de acidente de serviço ou instrução.
- e) Deixar de comunicar a tempo, à autoridade competente, a impossibilidade de comparecer à Organização Militar (OPM ou OBM) ou a qualquer ato ou serviço de que deva participar ou a que deva assistir.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



14. Em relação às licenças e das dispensas de serviço, conforme o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A licença à gestante será por 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias.
- b) A licença paternidade será por 10 (dez) dias.
- c) A licença à adotante será por 60 (sessenta) dias se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade
- d) A licença para tratar de interesse particular é a autorização para afastamento total do serviço por até 2 (dois) anos, concedida ao militar estadual com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço.
- e) A licença paternidade será iniciada na data do nascimento do filho.

15. De acordo com a Lei nº 13.556/2004, que trata da segurança contra incêndios no estado do Ceará, assinale a alternativa correta.

- a) O Certificado de Conformidade é obrigatório apenas para construções iniciadas após a publicação da referida lei.
- b) Cabe exclusivamente ao Governo do Estado regulamentar todas as disposições da lei por meio de decretos executivos.
- c) O Comandante do Corpo de Bombeiros está autorizado a expedir Normas Técnicas para assegurar o cumprimento da lei.
- d) Estabelecimentos comerciais e edificações multifamiliares podem obter licença de funcionamento mesmo sem apresentar o Certificado de Conformidade.
- e) Reformas e ampliações em edificações já existentes estão isentas das exigências de proteção contra incêndios.

16. Conforme estabelece a Lei nº 13.556/2004, as exigências de segurança previstas pelo Sistema de Proteção contra Incêndio e Pânico serão aplicadas às edificações e áreas de risco nas seguintes ocasiões, EXCETO:

- a) na construção e/ou reforma.
- b) na mudança da ocupação e/ou uso.
- c) na ampliação da área construída.
- d) Na locação de edificações residenciais exclusivamente unifamiliares.
- e) no vencimento da validade dos respectivos Certificados de Vistoria.

17. O Certificado de Conformidade previsto na Lei nº 13.556/2004 consiste em:

- a) um documento emitido pela Prefeitura que autoriza o funcionamento do estabelecimento.
- b) atestado de regularidade da edificação fornecido pelo Conselho Regional de Engenharia.
- c) documento emitido pelo Corpo de Bombeiros que comprova o cumprimento das exigências legais de segurança contra incêndio.
- d) certificado fornecido pela Defesa Civil após inspeção física do imóvel.
- e) termo de responsabilidade assinado pelo proprietário declarando conformidade com as normas de segurança contra incêndio.

18. O Capitão Tocha, oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, está de licença para tratamento de saúde da sua esposa há 07 (sete) meses. De acordo com a Lei nº 13.729/2006 - Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, essa situação implicará:

- a) a sua manutenção normal no Quadro de Acesso, já que permanece na estrutura estadual.
- b) a sua condição de excedente, causando suspensão do interstício.
- c) a sua agregação, por ter ultrapassado 6 (seis) meses contínuos de licença para tratar de saúde de dependente.
- d) a sua permanência na condição de ativo, uma vez que a licença foi autorizada pelo Comandante-Geral da Corporação.
- e) a sua reforma automática, devido estar fora da corporação por tempo excessivo.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



19. O 1º Sargento Souza foi incluído no Quadro de Acesso por antiguidade, contudo, foi constatado que o militar está respondendo a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conforme a Lei nº 15.797/2015, nesse caso:

- a) ele poderá permanecer no Quadro de Acesso, pois a lei não prevê exclusão por estar submetido a Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
- b) ele deverá ser excluído do Quadro de Acesso até o julgamento final do processo.
- c) ele poderá ser promovido de forma condicional.
- d) ele poderá permanecer no Quadro de Acesso, pois apenas a imposição de pena privativa de liberdade impediria a promoção.
- e) sendo absolvido, ele não terá garantia de promoção em ressarcimento de preterição.

20. Sobre a promoção por bravura prevista na Lei nº 15.797/2015 e no Decreto nº 31.804/2015, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Exige que o ato ultrapasse os limites normais do cumprimento do dever, demonstrando coragem e audácia excepcionais.
- b) Pode ser concedida tanto a militares em serviço quanto de folga, desde que o ato esteja relacionado à missão institucional da corporação.
- c) Independe de processo formal ou análise por comissão, sendo ato exclusivo do Comandante-Geral.
- d) Deve ser apreciada por uma comissão nomeada pelo Comandante-Geral.
- e) É uma forma de reconhecimento por feitos de notório mérito que evidenciem espírito de sacrifício em operação ou ação inerente à missão institucional da corporação militar.

21. Sobre a promoção requerida, nos termos da Lei nº 15.797/2015, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Pode ser concedida quando o militar cumpre todos os requisitos, mesmo sem avaliação por comissão.
- b) A promoção requerida será efetivada a pedido do militar interessado quando atendida as condições estabelecidas em lei.
- c) O militar estadual promovido por promoção requerida será transferido para a reserva remunerada ex officio.
- d) Não será concedida ao militar que, por 3 (três) vezes, for indicado, e não aceitar, ou aceitando, desistir de realizar o curso necessário para promoção a Coronel ou a Major QOA.
- e) A promoção requerida ao posto de 2º Tenente QOA exige que o Subtenente tenha pelo menos 1 (um) ano na graduação.

22. Em relação à promoção por antiguidade, segundo a Lei nº 15.797/2015, assinale a alternativa correta.

- a) Requer interstício no posto ou na graduação de referência.
- b) Independe do tempo de serviço, sendo baseada apenas em avaliação funcional.
- c) Independe do militar estar respondendo a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
- d) Exige que o militar seja considerado apto por mérito.
- e) O militar poderá concorrer à promoção por antiguidade mesmo estando licenciado para tratar de interesse particular.

23. Sobre a promoção *post mortem* prevista na Lei nº 15.797/2015, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Será concedida ao militar que falecer em serviço ou em razão dele, mediante reconhecimento de mérito.
- b) Poderá ser requerida por cônjuge sobrevivente.
- c) Ocorrerá automaticamente, independentemente das circunstâncias da morte.
- d) Deverá ser aferida por comissão de meritocracia designada pelo Comandante-Geral.
- e) Será concedida quando o militar fazia jus à promoção em vida, não sendo esta efetivada a tempo, em razão do seu óbito.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



24. NÃO é requisito para a seleção e ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais, nos termos do art. 24 do Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará:

- a) não estar submetido a Processo Regular (Conselho de Disciplina) ou indiciado em inquérito policial militar.
- b) não ter sido punido com transgressão disciplinar de qualquer natureza nos últimos 12 (doze) meses.
- c) ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Corporação Militar do Estado do Ceará, computados até a data de encerramento das inscrições do concurso.
- d) ser considerado apto, para efeito de curso, pela Junta de Saúde de sua Corporação.
- e) ser considerado apto em exame físico.

25. Com base exclusiva no disposto no art. 52 da Lei nº 13.729/2006, assinale a alternativa em que NÃO consta um direito dos militares estaduais.

- a) Garantia da patente, quando oficial, e da graduação, quando praça, com todas as prerrogativas, deveres e vantagens inerentes a essas condições.
- b) Percepção de remuneração compatível com o grau hierárquico.
- c) A sindicalização.
- d) Assistência jurídica gratuita e oficial do Estado, quando o ato for praticado no legítimo exercício da missão.
- e) Férias obrigatórias, afastamentos temporários do serviço e licenças, nos termos da Lei.

PORTUGUÊS

26. Marque a alternativa em que a palavra grifada pertence à classe dos substantivos.

- a) O paciente louco disse à guarnição de socorristas que estava são.
- b) De médico e de louco, todo mundo tem um pouco.
- c) Sou louco por ti, América!
- d) O militar parecia completamente louco.
- e) A população julgava o presidente louco.

27. Assinale a alternativa que apresenta o adjetivo INCORRETO relacionado ao substantivo.

- a) occipital – nuca.
- b) hepático – fígado.
- c) pluvial – rio.
- d) ofídico – serpente.
- e) sideral – astro.

28. Durante a ocorrência, às vezes, as ideias não _____, ou _____ muito numerosas. Todos os bombeiros _____ as necessidades do cenário, mas, por vezes, poucos _____ auxiliar.

No presente do indicativo, os verbos seriam, corretamente, pela ordem:

- a) vêm, vêm, vêm, vêm.
- b) vêm, vêm, veem, vêm.
- c) vêm, vem, vêm, vêm.
- d) vêm, vêm, veem, veem.
- e) vem, vêm, vêm, vem.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



29. Assinale a oração cuja palavra destacada esteja INDEVIDAMENTE acentuada.

- a) A vítima corria pêlos corredores em completo desespero.
- b) Os militares disseram que o serviço foi uma bênção.
- c) O verbo pôr é bastante complicado de se conjugar.
- d) A mulher pediu desculpas porque não pôde avisar antes.
- e) Todos consideraram o bombeiro um herói.

30. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

João é um _____ estudante, _____ criado e que _____ teve tempo de aprender o que é bom ou _____.

- a) mal, mau, mau, mal.
- b) mal, mau, mal, mau.
- c) mau, mau, mal, mal.
- d) mau, mal, mal, mal.
- e) mau, mal, mal, mau.

31. Assinale a alternativa em que o numeral está expresso INCORRETAMENTE:

- a) X tomo (décimo).
- b) página 10 (dez).
- c) século III (três).
- d) 80º (octogésimo).
- e) artigo 9º (nono).

32. O correto pronome de tratamento usado para cardeais é:

- a) Vossa Eminência.
- b) Vossa Magnificência.
- c) Vossa Alteza.
- d) Vossa Majestade.
- e) Vossa Santidade.

33. Acerca das comunicações oficiais, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Na grafia de cargos compostos formados pelo adjetivo “geral” ou de postos da hierarquia militar deve-se utilizar o hífen, a exemplo de Comandante-Geral e de Tenente-Coronel.
- b) No fecho das comunicações oficiais deve-se utilizar “atenciosamente” para autoridades de hierarquia superior à do remetente e “respeitosamente” para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos.
- c) A identificação do signatário da comunicação oficial deve ser composta pelo nome e pelo cargo da autoridade expedidora, sendo dispensável informar a sua matrícula funcional.
- d) O Ofício Circular é utilizado quando um órgão envia o mesmo expediente para mais de um órgão receptor.
- e) Para iniciar o texto de um correio eletrônico (e-mail) como comunicação oficial, deve-se utilizar o vocativo conforme os demais documentos oficiais, ou seja, “Senhor” ou “Senhora”, seguido do cargo respectivo, ou “Prezado Senhor”, “Prezada Senhora”.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



34. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a sequência da utilização de pronomes de tratamento em um texto oficial destinado ao Comandante-Geral Adjunto do CBMCE.

	Endereçamento	Vocativo	Tratamento no corpo do texto	Abreviatura
a)	A Sua Excelência o Senhor	Digníssimo Senhor Comandante-Geral Adjunto	Vossa Excelência	V. Exma.
b)	Ao Senhor	Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral Adjunto	Sua Senhoria	S. Sra.
c)	A Sua Senhoria o Senhor	Senhor Comandante	Vossa Excelência	V. Exa.
d)	Ao Senhor	Senhor Comandante-Geral Adjunto	Vossa Senhoria	V. Sa.
e)	À Sua Excelência o Senhor	Ilustríssimo Senhor Comandante-Geral Adjunto	Sua Excelência	S. Exa.

35. Não é parte obrigatória do documento/expediente no padrão ofício o(a):

- a) identificação do expediente.
- b) local e data do documento.
- c) endereçamento.
- d) identificação do signatário.
- e) numeração da página, quando o documento tiver apenas uma página.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

36. Analise os seguintes itens. Em seguida, marque a alternativa em que constam apenas os itens com direitos e deveres individuais e coletivos descritos no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- I - É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - II - A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
 - III - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
 - IV - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
 - V - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- a) II, III e IV.
 - b) I, II e V.
 - c) I, III e IV.
 - d) III, IV e V.
 - e) I, II e III.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



37. Correlacione os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 indicados abaixo aos seus respectivos conceitos. Em seguida, marque a alternativa com a sequência correta da correlação.

I - soberania.

II - cidadania.

III - dignidade da pessoa humana.

IV - valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

V - pluralismo político.

() Capacidade da pessoa exercer direitos e deveres políticos, civis, sociais e econômicos.

() Visa assegurar a todo o brasileiro a capacidade de trabalho e de empreendedorismo. A livre iniciativa visa a possibilidade de exercício de qualquer atividade econômica, que atendam ao interesse social. Objetiva o desenvolvimento do país, a erradicação da pobreza, a proteção ao trabalho em todos os aspectos, não só do trabalhador, mas também do empregador.

() Decorre do regime democrático. É a liberdade de expressão do pensamento. É a existência harmônica de diferentes ideias. Assegurando a convivência pacífica de diversos grupos sociais, tais como religiosos, filosóficos, políticos, ideológicas, etc..

() Inerente a todo cidadão. Deve ser concedida a todo ser humano, cabendo ao Estado a efetiva preservação, proteção e reparação dessa condição. Importa o Estado dispor de tratamento humanitário e igualitário para todos, visando afastar as desigualdades sociais.

() Independência nacional no que diz respeito às relações internacionais.

a) II – IV – V – III – I.

b) III – IV – V – II – I.

c) IV – III – II – I – V.

d) V – IV – II – III – I.

e) II – IV – III – V – I.

38. Analise os seguintes itens. Em seguida, marque a alternativa que contém apenas o(s) item(ns) que NÃO faz(em) parte dos objetivos fundamentais elencados no art. 3º da Constituição Federal de 1988.

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II - Garantir o desenvolvimento nacional.

III - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

V - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

a) I.

b) II e V.

c) III.

d) I e IV.

e) V.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



39. Analise os seguintes itens. Em seguida, marque a alternativa que compreende apenas os itens relacionados às atividades desenvolvidas pela Polícia Federal, conforme o art. 144 da Constituição Federal de 1988.

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II - a execução de atividades de defesa civil.

III - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

IV - exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

V - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

VI - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

a) I, II, III.

b) I, III, V e VI.

c) I, II, IV e V.

d) II, IV, V e VI.

e) I, II, IV, V e VI.

40. Julgue como verdadeiro (V) ou falso (F) cada item a seguir, relacionado ao caso do servidor estável ter seu cargo extinto ou declarada a sua desnecessidade, conforme o § 3º do art. 41 da Constituição Federal de 1988. Em seguida, marque a alternativa com a sequência correta.

() Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

() Será demitido, sem direito a qualquer remuneração.

() Será imediatamente aposentado, independentemente de idade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

a) V, F, F.

b) F, V, F.

c) F, F, V.

d) V, F, V.

e) F, F, F.

41. Analise os seguintes itens. Em seguida, marque a alternativa que compreende apenas itens corretos quanto ao militar alistável e elegível, conforme o § 8º do art. 14 da Constituição Federal de 1988.

I - Se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

II - Se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade ao se alistar.

III - Se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

IV - Se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

a) II e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I e III.

e) III e IV.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



42. Analise os seguintes itens. Em seguida, marque a alternativa que compreende apenas itens corretos a respeito dos militares, conforme a Constituição Federal de 1988.

I - Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.

II - O militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.

III - O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

IV - O oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no item anterior.

a) I, II e III.

b) I e III.

c) II e IV.

d) II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

43. Quanto à classificação, no que diz respeito à alterabilidade, a Constituição Federal de 1988 é considerada:

a) Flexível.

b) Rígida.

c) Semirrígida.

d) Fixa.

e) Super-rígida.

44. Assinale a alternativa que apresenta o remédio constitucional utilizado na falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

a) *Habeas-data*.

b) *Habeas-corpus*.

c) Mandado de injunção.

d) Mandado de segurança.

e) Ação Popular.

45. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios, EXCETO a:

a) autodeterminação dos povos.

b) prevalência dos direitos humanos.

c) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

d) não concessão de asilo político.

e) igualdade entre os Estados.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

46. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das características dos órgãos públicos quanto à posição estatal, que é a posição ocupada pelos órgãos na escala governamental ou administrativa:

- a) Independentes.
- b) Autônomos.
- c) Colegiados.
- d) Superiores.
- e) Subalternos.

47. Quanto aos órgãos públicos e as suas características, assinale a alternativa correta:

- a) Quanto à personalidade jurídica, entende-se que é a capacidade jurídica dos órgãos da administração pública para responder pelos seus atos praticados.
- b) Os órgãos públicos, em regra, não possuem capacidade processual, ou seja, não podem estar em qualquer dos pólos de uma relação processual, seja como autor ou réu.
- c) Todo o patrimônio utilizado pelos órgãos é de sua responsabilidade, possuindo patrimônio próprio para a realização de suas atividades.
- d) Em razão de terem personalidade jurídica, são providos da capacidade de contrair obrigações.
- e) A pessoa jurídica que realizou a desconcentração, ou seja, a distribuição interna de competências entre seus órgãos, detém, de forma subsidiária, a personalidade/capacidade jurídica para responder pelos atos praticados pelos órgãos.

48. Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O Poder Disciplinar incide não só em relação aos servidores, mas também em relação aos particulares que mantêm algum tipo de vínculo especial com o poder público.
- b) Um exemplo de Poder Disciplinar seria se um particular avança o sinal vermelho, recebendo aplicação de uma multa, pois decorre do vínculo geral que qualquer particular tem em relação ao Estado.
- c) A vinculação do Poder Disciplinar reside no fato de que a Administração não está vinculada à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva sanção, havendo uma margem de liberdade para avaliar o ato ilegal praticado pelo servidor, a fim de se aplicar a penalidade mais adequada.
- d) No exercício do Poder Disciplinar não há a necessidade de prévia definição em lei da infração administrativa e da sanção a ser aplicada.
- e) O Poder Disciplinar é vinculado quanto ao dever de punir. Ficando comprovado que o servidor cometeu uma infração, ele deve ser punido, sendo facultada à Administração aplicar a respectiva sanção.

49. Em relação ao Poder de Polícia na Administração Pública, assinale a opção INCORRETA.

- a) O Poder de Polícia interfere negativamente: geralmente diz um 'não' ao particular.
- b) Considera-se Poder de Polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- c) O Estado pode cobrar somente taxas em razão de exercer o Poder de Polícia, não podendo ser imposto, tarifa ou contribuição.
- d) São atributos do poder de polícia: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- e) É possível a delegação do Poder de Polícia aos particulares, podendo ser objeto de contrato de Parceria Público-Privada o exercício do Poder de Polícia, por consistir em transferir para particulares essa atividade estatal. Tem-se como exemplo a instalação de câmeras ("pardal") para tirar foto de carro que, supostamente, passou com excesso de velocidade.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



50. Em relação aos atributos ou prerrogativas do ato administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O ato administrativo nasce com a presunção de que está de acordo com a lei e que os fatos apresentados são verdadeiros; ou seja, decorre do princípio da legalidade.
- b) A imperatividade é o poder que tem a Administração de impor o ato ao administrado, independentemente de sua concordância.
- c) O atributo da imperatividade decorre do poder extroverso do Estado, que é o poder de impor obrigações de modo unilateral na esfera do administrado.
- d) A autoexecutoriedade significa a execução direta do ato administrativo pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.
- e) O agente público tem que observar o princípio da legalidade, o ato administrativo já nasce com a presunção de que é legítimo; assim, se o ato nasce com a presunção de que é legítimo, será executado diretamente pela Administração Pública, necessitando apenas de exame prévio pelo Poder Judiciário.

51. Em relação ao conceito de Direito Administrativo, qual dos critérios abaixo elencados o define como “o conjunto de normas e princípios que norteiam o atendimento dos fins do Estado”?

- a) Critério do poder executivo.
- b) Critério teleológico.
- c) Critérios negativistas ou residual.
- d) Critérios das atividades jurídicas e sociais do Estado.
- e) Critério da Administração Pública.

52. Em relação às fontes do Direito Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei é a fonte primária e principal do Direito Administrativo.
- b) A doutrina do Direito Administrativo é composta de teses formuladas por doutrinadores que influenciam as decisões administrativas. Visa indicar a melhor interpretação possível da norma administrativa ou indicar as possíveis soluções para casos concretos.
- c) Jurisprudência são condutas reiteradas; ou seja, são práticas reiteradas dos agentes públicos diante de determinada situação.
- d) A doutrina do Direito Administrativo auxilia muito o dia a dia da Administração Pública, pois muitas vezes é ela que conceitua, explica e interpreta os dispositivos da lei.
- e) Lei em sentido amplo refere-se a todas as fontes com conteúdo normativo: Constituição, lei ordinária, lei complementar, medida provisória, tratados internacionais, atos administrativos normativos (decretos, resoluções, regulamentos etc.).

53. Sobre o conceito de ato administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O ato administrativo é declaração unilateral quando parte apenas da Administração, não dependendo da vontade do particular.
- b) Quem representa o Estado no exercício de função administrativa, também pratica ato administrativo.
- c) Tanto o Poder Executivo como o Poder Judiciário e o Poder Legislativo praticam atos administrativos.
- d) O ato administrativo tem que ser praticado sempre visando ao interesse público, pois não se admite que o ato seja destinado para uma pretensão pessoal.
- e) O Poder Judiciário, quando provocado, poderá realizar o controle dos atos administrativos. No ato discricionário, que é aquele que comporta análise de conveniência e oportunidade (mérito administrativo), o Judiciário analisará o mérito administrativo devendo levar em consideração apenas a questão da conveniência e oportunidade da decisão.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

54. Julgue como verdadeiro (V) ou falso (F) cada um dos itens a seguir, relacionados ao contexto do Estado, do servidor público e da proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos. Em seguida, marque a alternativa com a sequência correta do julgamento.

- ☐ O Estado goza de diversas prerrogativas sobre os agentes privados, tendo, por exemplo, o poder de alterar os seus contratos unilateralmente, se assim requerer o interesse público, sendo-lhe facultado compensar o agente privado pelo prejuízo que a alteração contratual eventualmente lhe impuser.
- ☐ Os agentes que ingressam no Estado por meio de concurso público, após o cumprimento e aprovação no estágio probatório, adquirem estabilidade, que é uma forma de proteção do servidor de possíveis pressões de governantes temporários e de compensação de alguns deveres e restrições que recaem exclusivamente sobre os servidores públicos, e não sobre os empregados do setor privado.
- ☐ O usuário de serviço público tem direito à autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.

- a) V, V, F.
b) F, V, V.
c) F, F, V.
d) V, F, V.
e) F, V, F.

55. São tendências (princípios e/ou diretrizes) de gestão que vêm norteando as inovações no setor público, principalmente nas últimas três décadas, EXCETO:

- a) o aperfeiçoamento de mecanismos de transparência, governo aberto e responsabilização (*accountability*).
- b) a promoção do governo eletrônico (*e-government*) como estratégia de ampliação e facilitação do acesso e da participação cidadã na administração pública.
- c) o desenvolvimento de novos arranjos de políticas públicas que fomentam um papel mais passivo dos cidadãos enquanto beneficiários permanentes de programas sociais de transferência de renda.
- d) a atuação em redes e parcerias com atores estatais, sociais, acadêmicos e da iniciativa privada.
- e) a ampliação na utilização da tecnologia de informação, visando ampliar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos.

56. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o termo de referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos, EXCETO:

- a) a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.
- b) a fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.
- c) a matriz de riscos, que é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades exclusivamente do órgão demandante da contratação, em termos de ônus financeiro e de prejuízos sociais decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- d) a forma e critérios de seleção do fornecedor.
- e) as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



57. Acerca das definições relacionadas às licitações, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, marque a alternativa correta.

- a) O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, tendo como objetivo caracterizar o interesse público envolvido e a sua melhor solução, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- b) A empreitada por preço unitário é a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- c) O pregão é a modalidade de licitação indicada para a contratação de obras, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- d) O credenciamento é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- e) O sobrepreço é o preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente inferior aos preços referenciais de mercado.

58. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é atribuição dos fiscais dos contratos administrativos, EXCETO:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- b) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.
- c) Determinar o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados na execução do contrato.
- d) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- e) Realizar o procedimento de liquidação da despesa e de pagamento do contratado após a execução contratual.

59. Julgue como verdadeiro (V) ou falso (F) cada um dos itens a seguir, que tratam do Programa de Integridade e do Modelo de Gestão para Resultados do Poder Executivo do Estado do Ceará. Em seguida, marque a alternativa com a sequência correta do julgamento.

- ☐ É vedada a contratação direta por dispensa de licitação, por órgão ou entidade da administração pública estadual, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio, com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.
- ☐ No âmbito do Programa de Integridade, cada órgão ou entidade é responsável pela elaboração, implantação e monitoramento do Plano de Integridade, com ações que contemplem a mitigação de riscos decorrentes das fragilidades e das oportunidades de melhoria identificadas no Diagnóstico de Integridade realizado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).
- ☐ Compete à Unidade Setorial de Planejamento de cada órgão ou entidade do Estado planejar a execução da rotina dos processos, definir os indicadores e metas para o acompanhamento dos processos, bem como estruturar a carteira de serviços à população, a qual deve ser disponibilizada para acesso cidadão.
- ☐ As Unidades Setoriais de Planejamento de cada órgão ou entidade do Estado contribuem na elaboração do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que são instrumentos de planejamento de longo prazo do Estado, com periodicidade plurianual.

- a) V, V, V, V.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, V, F.
- d) V, F, V, F.
- e) V, V, V, F.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



60. Acerca do modelo de gestão do Poder Executivo e a estrutura da Administração Estadual do Ceará, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O Modelo de Gestão do Poder Executivo tem como premissas básicas a Gestão para Resultados, a Interiorização, a Participação, a Transparência, a Ética e a Otimização dos Recursos.
- b) Cabe ao Poder Executivo regulamentar por Lei Orgânica Básica (LOB) a organização, a estrutura e o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Estadual, inclusive do CBMCE.
- c) Os órgãos de execução programática são responsáveis por executar as funções típicas do órgão, consubstanciadas em programas, projetos e serviços voltados à sua competência fim.
- d) Os órgãos de execução instrumental têm como competência executar as atividades meio do órgão, ou seja, a prestação de serviços necessários ao seu funcionamento.
- e) É competência do CBMCE desenvolver pesquisas científicas em seu campo de atuação funcional e ações educativas de prevenção, além de estimular o respeito à cidadania por meio de ações de natureza preventiva e educacional.

61. Marque a alternativa INCORRETA acerca da estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

- a) O Núcleo de Promoção Bombeiro Militar (Nuprom) e o Núcleo de Apuração de Procedimentos Disciplinares são subordinados diretamente ao Comandante-Geral Adjunto.
- b) O Coordenador Geral de Operações (CGO) possui precedência funcional sobre o Comando de Bombeiro da Capital (CBC) e o Comando de Bombeiro do Interior (CBI).
- c) A Coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento Humano (CTDH) é órgão de execução programática, assim como a Coordenadoria Geral de Operações (CGO).
- d) A Gerência Superior é composta pelo Comandante-Geral, pelo Comandante-Geral Adjunto e pela Diretoria de Planejamento e Gestão Interna (DPGI).
- e) O Colégio Militar do Corpo de Bombeiros (CMCB) é órgão de execução instrumental.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

62. Em relação à aplicação da lei penal militar, assinale a opção correta.

- a) No âmbito de aplicação da lei penal militar mais favorável em um caso concreto, é permitido ao intérprete o amálgama das disposições sopesadas, de modo que a norma mais favorável seja encontrada pela fusão dos dispositivos legais que se sucedem em relação ao caso fático; operando-se uma verdadeira terceira norma como produto do trabalho hermenêutico do aplicador.
- b) As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.
- c) A lei excepcional ou temporária, justamente por sua virtualidade de vincular-se a prazo ou circunstâncias demarcadas, não se aplica ao período posterior à sua vigência, mesmo em relação aos fatos ocorridos no seu interregno de existência formal.
- d) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente criminoso, aplica-se retroativamente, desde que não tenha sobrevivido sentença condenatória irreversível.
- e) O princípio da legalidade estrita no campo do direito penal militar, quanto à instituição do tipo-penal, tem seu campo de incidência menos restrito, quando comparado ao direito penal comum. Assim, em situações excepcionais, mostra-se lícita a fixação de conduta penalmente típica por Decreto do poder Executivo nos crimes militares em tempo de guerra.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



63. Em relação ao crime militar, em tempo de paz, assinale a opção correta.

- a) Considera-se crime militar os cometidos por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil, desde que previstos exclusivamente no Código Penal Militar.
- b) O crime cometido por militar da ativa contra militar da reserva, em local não sujeito à administração militar, caracteriza-se como de natureza militar: na hipótese de a conduta ter sido perpetrada por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura.
- c) É de natureza militar o crime cometido por militar contra o patrimônio sob a administração militar ou contra a ordem administrativa militar, desde que o agente esteja de serviço.
- d) Comete crime comum o militar da ativa que lesiona outro militar da ativa, com conhecimento dessa condição funcional, em uma contenda na qual os dois estavam fora de situação de serviço.
- e) Responde na Justiça militar estadual o civil que furta computador da sede do Corpo de Bombeiros militar do Ceará.

64. Em relação aos aspectos da teoria do crime, assinale a opção correta.

- a) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado. Nessa hipótese, os fatos anteriores são reputados como um indiferente penal.
- b) Diz-se do crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Desse modo, consuma o crime de homicídio o agente que, mesmo sem conseguir o intento de matar seu desafeto, esgota todos os meios à sua disposição para tal fim.
- c) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, fica isento de pena.
- e) Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, responderá o agente por tentativa.

65. Ainda em relação à teoria do crime, assinale a opção correta.

- a) Diz-se do crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. No âmbito desta definição, bombeiro militar que, ao deixar de observar seu objetivo dever de cuidado, lesiona colega em uma instrução de salvamento, responde pelo resultado a título doloso.
- b) Como regra, a punição de um crime dar-se sob a forma culposa; restando à modalidade dolosa a subsidiariedade, inclusive por sua natureza mais gravosa ao apenado.
- c) Não é culpado quem comete o crime sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade. Sob essa perspectiva, a condição de superior hierárquico, face ao poder injuntivo que a ordem militar lhe confere, já se mostra como fator decisivo para elisão de responsabilidade penal do subordinado que comete crime sob deliberação de seu Comandante imediato.
- d) Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.
- e) A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, mesmo nos casos de crimes que atentem contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



66. Em relação às hipóteses de exclusão do crime, assinale a opção correta.

- a) Entende-se por legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Assim, o excesso praticado por quem se encontrava originalmente amparado por esta excludente de ilicitude se configura como um indiferente penal.
- b) Nas excludentes de ilicitude, eventuais excessos somente podem ser punidos a título culposo.
- c) As excludentes de ilicitude atuam ao nível da tipicidade penal, excluindo-a para fins de elisão do crime.
- d) É legítimo bombeiro militar, no âmbito de sua atividade operacional típica, invocar o estado de necessidade para eximir-se do enfrentamento de situação de risco grave à sua vida.
- e) O juiz pode atenuar a pena ainda quando punível o fato por excesso doloso.

67. Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar, marque a opção correta.

- a) No crime de deserção não se agrava a pena se o seu autor é oficial.
- b) Em face da natureza permanente do crime de deserção, o concerto de militares para a prática desta modalidade de crime não é penalmente típico.
- c) O militar que não se apresenta no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve, somente incorre na consumação do crime de deserção, após 08 dias da ocorrência de tais fatos típicos.
- d) O crime de abandono de posto, para sua consumação, depende da verificação de perito concreto gerado a partir do momento em que o posto é efetivamente deixado ao desabrigo de sua efetiva vigilância.
- e) Caso a deserção ocorra em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena é agravada de um terço.

68. “Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio”. Esta descrição típica, nos termos do Código Penal Militar, corresponde ao crime de:

- a) Furto.
- b) Apropriação Indébita.
- c) Concussão.
- d) Peculato.
- e) Corrupção Passiva.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

69. A aplicação do CPPM pode ser dividida em duas esferas: em tempo de paz e em tempo de guerra. Marque a alternativa INCORRETA em relação aos casos da aplicação do CPPM em tempos de paz fora do território nacional.

- a) Quando se tratar de crime que atente contra as instituições militares ou a segurança nacional.
- b) Em zona ou lugar sob administração ou vigilância da força militar brasileira, ou em ligação com esta, de força militar estrangeira no cumprimento de missão de caráter internacional ou extraterritorial.
- c) A bordo de navios, ou quaisquer outras embarcações, e de aeronaves, onde quer que se encontrem, ainda que de propriedade privada, desde que estejam sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem de autoridade militar competente.
- d) A bordo de aeronaves e navios estrangeiros desde que em lugar sujeito à administração militar, e a infração atente contra as instituições militares ou a segurança nacional.
- e) Em território estrangeiro militarmente ocupado.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



70. Crimes militares não são apurados através do Inquérito Policial comum, e sim através do chamado IPM, que tramita na Polícia Judiciária Militar. São autoridades competentes para exercer o IPM, EXCETO:

- a) os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro.
- b) o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, estejam fora de sua jurisdição.
- c) os comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios.
- d) os comandantes de forças, unidades ou navios.
- e) os diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

71. O Inquérito Policial Militar (IPM) é iniciado nos seguintes casos, EXCETO:

- a) de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator.
- b) em virtude de requerimento do Ministério Público à autoridade militar responsável, em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, ficando sob a discricionariedade da autoridade militar a prerrogativa de instaurar o inquérito.
- c) por decisão do Superior Tribunal Militar.
- d) quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal militar.
- e) por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica ou radiotelefônica e confirmada, posteriormente, por ofício.

72. Conforme estabelece o art. 12 do CPPM, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal militar, verificável na ocasião, a autoridade competente deverá, se possível, EXCETO:

- a) Dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário.
- b) Comunicar de imediato todos os fatos observados ao seu comandante imediato.
- c) Efetuar a prisão do infrator.
- d) Colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- e) Apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato.

73. Em relação à ação penal, uma vez que a denúncia é oferecida (o Ministério Público entende que houve crime e que existem indícios suficientes de autoria para que o investigado seja levado a juízo), inicia-se a fase processual da persecução penal. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, a ação penal militar é pública e é promovida pelo Ministério Público.
- b) Não existe, no processo penal militar, a ação penal privada personalíssima.
- c) Quando o Ministério Público deixa de agir no prazo determinado por lei, surge para o ofendido o direito constitucional à chamada ação penal privada subsidiária da pública.
- d) Não existem casos, na esfera castrense, de ação pública condicionada à requisição.
- e) A ação penal, na esfera castrense, em regra, é pública incondicionada.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



74. Em relação à ação penal militar e do seu exercício, marque a alternativa correta.

- a) A ação penal é pública e, em regra, somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar.
- b) A denúncia deve ser apresentada sempre que houver prova de fato que, em tese, constitua crime ou indícios de autoria, bastando uma delas.
- c) Apresentada a denúncia, o Ministério Público, motivadamente, poderá desistir da ação penal, caso entenda não haver cometimento de crime.
- d) Apenas autoridades competentes, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção.
- e) As informações da ação penal, se escritas, deverão estar devidamente autenticadas; se verbais, serão tomadas por termo perante o órgão do Ministério Público, sendo apresentadas posteriormente ao juiz.

75. Em relação ao Processo Penal Militar, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O direito de ação é exercido pelo Ministério Público, como representante da lei e fiscal da sua execução.
- b) O direito de defesa será exercido pelo acusado.
- c) Ao juiz cabe exercer o poder de jurisdição, em nome do Estado.
- d) O processo inicia-se com o recebimento da denúncia pelo juiz, efetiva-se com a citação do acusado.
- e) O processo extingue-se no momento em que se constitui a sentença recorrível.

ATUALIDADES

76. Considerada a pior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, as chuvas de maio de 2024 causaram grandes impactos ambientais, sociais e econômicos. Bombeiros de outros estados e do Distrito Federal montaram uma força-tarefa para resgatar as vítimas. Sobre esse desastre, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O desastre foi agravado por chuvas extremamente intensas e prolongadas, associadas a mudanças climáticas.
- b) As inundações atingiram principalmente a região metropolitana de Porto Alegre, deixando milhares de desabrigados e causando colapso na infraestrutura urbana.
- c) O governo federal reconheceu o estado de calamidade pública, liberando recursos emergenciais para assistência humanitária.
- d) Especialistas apontaram que o desastre poderia ter sido evitado se houvesse um sistema de alerta precoce eficiente, bem como maior investimento em drenagem urbana.
- e) Apesar da magnitude do desastre, não houve contaminação de rios ou solos por produtos químicos, pois as indústrias da região estavam preparadas para eventos extremos.

77. Com o objetivo de descentralizar, otimizar e intensificar serviços em todo o território cearense, o governador Elmano de Freitas assinou, em 31/03/2025, sete decretos regulamentando a reestruturação das Forças de Segurança do Ceará. Com a reestruturação, o CBMCE ganhou novos batalhões. Marque a opção que corresponde a um dos novos batalhões criados na estrutura do CBMCE.

- a) Batalhão de Atividades Aquáticas.
- b) Batalhão de Treinamento e Desenvolvimento Humano.
- c) Batalhão de Prevenção Institucional.
- d) Batalhão de Combate a Incêndio Florestal.
- e) Batalhão de Socorro de Urgência.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
PROVA ESCRITA - CHO 2025



78. Em fevereiro de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou o Projeto Resposta em Operações Integradas para Atuação em Situação de Desastres (Respad). Esse projeto visa aprimorar a resposta a desastres ambientais e eventos extremos no Brasil, fortalecendo a atuação dos Corpos de Bombeiros Militares e a integração entre as diversas forças operacionais para proteger a sociedade. Com base nesse texto, assinale a alternativa correta.

- a) O Respad estabelece a criação de uma força-tarefa nacional composta por bombeiros militares de diferentes Estados, que serão treinados e capacitados de forma homogênea para atuação em desastres.
- b) O projeto Respad é uma iniciativa exclusiva do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sem envolvimento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- c) O Respad prevê a substituição completa das equipes locais de bombeiros por uma força-tarefa nacional permanente, com deslocamento imediato para qualquer região do País.
- d) O projeto Respad foi implementado exclusivamente para atender a desastres naturais ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, sem previsão de atuação em outras regiões do Brasil.
- e) O Respad é um programa de treinamento interno do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sem participação dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados.

79. O Brasil está se preparando para sediar a COP30, conferência climática da ONU que ocorrerá em Belém (PA), tendo a Amazônia como tema central. O Curupira, figura do folclore brasileiro que protege as florestas, foi sugerido como símbolo cultural do evento, representando a luta contra a degradação ambiental, luta essa que é desenvolvida diariamente pelos bombeiros militares que atuam no combate a incêndios florestais. Com base nesse texto, assinale a alternativa correta.

- a) A COP30 tem como objetivo principal discutir acordos comerciais entre estados amazônicos, sem foco em mudanças climáticas.
- b) A escolha de Belém como sede da COP30 reflete uma estratégia geopolítica secundária, já que 92% dos participantes históricos das COPs preferem cidades com infraestrutura similar à de Dubai, conforme relatório da COP de 2024.
- c) A atuação do Corpo de Bombeiros na proteção das florestas engloba desde o combate a incêndios florestais até ações educativas sobre prevenção ambiental, estabelecendo uma conexão simbólica com a figura protetora do Curupira, símbolo cultural da COP30.
- d) Belém foi escolhida como sede da COP30 por ser a capital brasileira com menor índice de desmatamento nos últimos 2 anos.
- e) A ligação entre o Curupira e a proteção ambiental tratada na COP30 é uma analogia recente, sem relação com tradições indígenas ou folclóricas.

80. O cinema brasileiro fez história no dia 02/03/2025, quando “Ainda Estou Aqui” conquistou o primeiro Oscar para um filme totalmente brasileiro, na categoria de:

- a) melhor filme internacional.
- b) melhor atriz.
- c) melhor diretor.
- d) melhor curta-metragem.
- e) melhor roteiro adaptado.

